

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Director de Redação: Otavio Frias Filho — Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério Cazar de Carqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

Esquerda e modernidade

Tem sido ressaltado, com bastante frequência e vigor, que muitas das teses aparentemente progressistas apresentadas no Congresso constituem pecam na verdade pela inviabilidade, pelo romantismo ou por um simples intuito demagógico. De fato, seriam inúmeras as propostas que, da estabilidade no emprego à defesa da reserva de mercado, se marcam pelo desacerto e pela mistificação. Alimentado por um clima de intransigência, o debate se entrega facilmente aos perigos do terrorismo ideológico e da absoluta esterilidade.

Caberia, entretanto, submeter as diversas tentativas de "progressismo" social a um outro tipo de consideração crítica, que não obteve maior destaque até aqui. Trata-se da consternadora falta de modernidade que as caracteriza. Não se entenda, no uso do termo "modernidade", alguma mística do desenvolvimento tecnológico a qualquer preço, alguma confiança cega numa industrialização que não soubesse acompanhar-se de conquistas sociais e de uma progressiva integração do trabalhador aos benefícios do sistema de mercado. Sem dúvida, propostas como a da estabilidade do emprego têm contra si o decisivo argumento de que comprometeriam qualquer esforço de manutenção do desenvolvimento produtivo. Nem só por isto, entretanto, muitas teses da esquerda brasileira se marcam pela falta de modernidade.

O que caracteriza, acima de tudo, o arcaísmo de sua visão está no fato de encararem a ação do Estado, ou, de forma mais precisa, a intervenção do governo, como um recurso primeiro, último e constante de todo progresso social. A cada necessidade de inovação que se apresenta, a cada carência que se registra, a cada setor da sociedade ou da economia que seja preciso estimular, parece surgir imediatamente a idéia de uma ação pontual, localizada, cirúrgica do Estado, que resolvesse, através de políticas específicas, o problema evidenciado.

Salta aos olhos a dificuldade de tal procedimento, e as inúmeras distorções

que por fim impõem a qualquer texto legislativo. Antes de criar as condições para que a sociedade, como um todo, evolua de maneira mais justa e equilibrada, parece que se cria um aparato regulador e terapêutico nas mãos do governo, que corre sempre atrás dos acontecimentos, desdobrando-se em protecionismos, programas de emergência, pacotes e favores. Reforma agrária ou reserva de mercado, tudo se passa como se o veredito governamental fosse a exclusiva garantia de que alguma conquista possa ser alcançada.

Paralelamente, confere-se pouca importância — para não dizer nenhuma — à criação de mecanismos mais amplos, mais flexíveis, que pudessem assegurar um progresso social a partir de sua dinâmica própria, sem necessitar de uma intervenção administrativa constante por parte do Executivo. Teses como a de uma tributação progressiva da propriedade improdutiva, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, legislações que inibam a atividade de monopólios na economia, assim como outras medidas em favor da redistribuição de renda, têm a expressiva vantagem de, uma vez estabelecida a regra para que apontam, permitir à sociedade que se regule por si mesma em função da nova circunstância. Possibilitariam um progresso social autêntico e factível, porque fundado num mecanismo autônomo, e não burocrático-administrativo, por meio do qual este progresso surja e se fortaleça.

Propostas legislativas como estas se afastariam, assim, de um ultraliberalismo que na verdade mal disfarça o interesse por uma completa omissão do Estado frente ao problema social. Mas há um verdadeiro abismo entre as tentativas de intervenção habitualmente preconizadas pela esquerda e um projeto que se utilize, com regras legais definidas e de longo prazo, da própria dinâmica do mercado para orientá-lo — sem traumas, sem incompetência burocrática e sem fantasia ideológica — na direção de uma maior justiça social.